

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ.

FUNÇÃO: CONCILIADOR REMUNERADO.

GABARITO

01	V
02	V
03	F
04	V
05	F
06	F
07	V
08	V
09	F
10	F
11	V
12	V
13	F
14	V
15	V
16	F
17	V
18	F
19	V
20	V
21	F
22	V
23	F
24	F
25	F
26	V
27	V
28	V
29	F
30	F
31	V
32	V
33	F
34	V
35	V
36	V
37	V
38	V
39	F
40	F

Nome completo: _____

Assinatura: _____

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ.

PROCESSO SELETIVO

FUNÇÃO: CONCILIADOR REMUNERADO.

PROVA ESCRITA

- a-) Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
- b-) Use somente caneta de cor azul. Preencha seu nome completo e assine no local indicado em cada página do caderno de provas.
- c-) A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores da prova.
- d-) A prova possui 40 questões objetivas (assinale V para verdadeiro ou F para falso). Cada questão vale 0,25 (que multiplicado por 40, totaliza a nota máxima igual a 10,0). Será considerado aprovado o candidato que alcançar, no mínimo, nota 5,0 (cinco) na prova escrita.
- e-) Ao receber o caderno de provas examine-o e verifique se a impressão e a disposição das questões encontra-se em ordem. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador da prova.
- f-) Não haverá substituição do caderno de provas por erro de preenchimento ou rasuras feitas pelo candidato. Não há gabarito. A correção da prova será efetuada de acordo com a resposta (V ou F) dada a cada questão. A marcação de mais de uma resposta em uma mesma questão ou rasura no local para resposta resultará na anulação da questão. Caso necessite de folha para rascunho, solicite ao aplicador da prova.
- g-) Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos (eletrônicos ou não). O não cumprimento dessas exigências importará na exclusão do candidato deste teste seletivo.
- h-) O tempo total de duração desta prova será de 2 (duas) horas. O penúltimo candidato deverá aguardar o último entregar a prova para acompanhar o fechamento e lacre do envelope com os respectivos cadernos de prova respondidos.
- i-) Ao concluir a prova permaneça em seu lugar e comunique ao Aplicador da Prova. Aguarde autorização para devolver o caderno de prova e para retirar-se do local.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Nome completo: _____

Assinatura: _____

Assinale V para verdadeiro e F para falso.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

01 ()

Não poderão ser parte perante o Juizado Especial Cível Estadual, tanto no polo ativo como passivo, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

02 ()

Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas; II - as microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas pela Lei Complementar nº 123/2006; III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790/1999 e as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos da Lei nº 10.194/2001.

03 ()

Nas causas de valor até vinte salários mínimos a assistência por advogado é facultativa, podendo a parte autora pessoa física (pessoa natural) ser representada em audiência por preposto, não sendo exigido seu comparecimento pessoal.

04()

Nos termos do Enunciado 13.7 das Turmas Recursais dos Juizados do Paraná é válida a citação postal da pessoa física quando a respectiva carta é entregue no seu endereço, ainda que não seja por ela recebida.

05 ()

Já tendo o réu apresentado contestação, o seu não comparecimento à audiência de conciliação não acarreta efeito processual algum, prosseguindo o feito sem a decretação de sua revelia.

06 ()

Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo, podendo qualquer das partes interpor recurso de apelação à Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias, sendo dispensado o preparo quando o recorrente litigar sem assistência por advogado.

Nome completo: _____

Assinatura: _____

07 ()

Extingue-se o processo sem resolução de mérito quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, hipótese em que o mesmo será condenado ao pagamento das custas processuais.

08 ()

Tratando-se de ação de reparação de danos de qualquer natureza, em sede de Juizado Especial Cível, poderá o autor promover a ação em seu domicílio, no local do ato ou fato; ou ainda no domicílio do réu.

09 ()

Nos termos do Enunciado Cível 8 do FONAJE, as ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais, como exemplo, ação de consignação em pagamento e ação de prestação de contas, são admissíveis nos Juizados Especiais. Nos termos do Enunciado Cível 4 do FONAJE também é admissível no Juizado Especial ação de despejo por falta de pagamento dos aluguéis.

10 ()

É de competência dos Juizados Especiais Cíveis processar, conciliar e julgar causas cíveis de menor complexidade, dentre estas, as cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo nacional.

11 ()

O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.

12 ()

Nos termos do Enunciado 1 do FONAJE, o exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível é facultativo para o autor, ou seja, mesmo nas causas que se enquadram na sua competência, poderá ele escolher entre ajuizar a ação no Juizado ou na Vara Cível de mesma competência.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

13 ()

O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. Consideram-se tais, para os efeitos da Lei nº 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.

Nome completo: _____

Assinatura: _____

14 ()

O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

15 ()

Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade (transação penal). A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

16 ()

A composição dos danos civis entre autor do fato e vítima, tratando-se de ação penal pública incondicionada, como exemplo, pelo crime de Desacato, será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, tendo eficácia de título a ser executado no juízo criminal competente. No exemplo dado, a vítima será o servidor público ofendido no exercício de suas funções.

17 ()

Tratando-se de ação penal de iniciativa privada (como exemplo, pelos crimes de Injúria e Calúnia) ou de ação penal pública condicionada à representação (como exemplo, pelos crimes de Ameaça e Lesão Corporal Leve), o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação. Não obtida a composição dos danos civis, no caso de ação penal pública condicionada, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo. O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

18 ()

Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Juiz Supervisor poderá propor a aplicação imediata da transação penal (pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta). Partindo a proposta exclusivamente do Juiz Supervisor, desnecessária a anuência do Representante do Ministério Público, bastando a concordância do autor do fato (infrator) e de seu advogado.

19 ()

Consoante art. 17 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, a ação penal no caso das contravenções penais é pública. Nos termos do Enunciado Criminal 76 do FONAJE, a ação penal relativa a contravenção de Vias de Fato dependerá de representação.

Nome completo: _____

Assinatura: _____

20 ()

Nos termos do Enunciado Criminal 112 do FONAJE, na ação penal de iniciativa privada cabem a transação penal e a suspensão condicional do processo, mediante proposta do Ministério Público.

21 ()

Nos termos do Enunciado Criminal 94 do FONAJE, a Lei nº 11.343/2006 descriminalizou a conduta de posse ilegal de drogas para uso próprio, que não é mais considerada crime pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro.

22 ()

Os crimes de Ameaça (art. 147-Código Penal) e de Lesão Corporal Leve (art. 129-Código Penal) são de ação penal pública condicionada à representação, ou seja, exigem a manifestação da vontade da vítima para seu prosseguimento. Já os crimes de Calúnia, Difamação e Injúria (artigos 138, 139 e 140, todos do Código Penal), são de ação penal privada, ou seja, exigem que o querelante (vítima), representado por advogado, inicie a ação penal com o oferecimento da queixa-crime dentro do prazo decadencial previsto em Lei.

23 ()

No Juizado Especial Criminal caso o denunciado não seja encontrado para ser citado pessoalmente, será expedido edital para tanto, prosseguindo normalmente a ação penal com a decretação de sua revelia.

24 ()

O Crime de Homicídio Culposo, tipificado no § 3º, do art. 121, do Código Penal, que prevê pena de detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, é de competência do Juizado Especial Criminal.

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA:

25 ()

É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, somente até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

26 ()

Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos da Lei nº 12.153/2009: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123/2006; II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

Nome completo: _____

Assinatura: _____

27 ()

Cabe ao conciliador no Juizado da Fazenda Pública, sob a supervisão do juiz, conduzir a audiência de conciliação. Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia. Não obtida a conciliação, caberá ao juiz presidir a instrução do processo, podendo dispensar novos depoimentos, se entender suficientes para o julgamento da causa os esclarecimentos já constantes dos autos, e não houver impugnação das partes.

28 ()

No foro onde estiver instado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

29 ()

As ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa e execuções fiscais, mesmo de valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos, podem ser propostas no Juizado Especial da Fazenda Pública.

30 ()

A Caixa Econômica Federal, por ser uma empresa pública da União, pode figurar no polo passivo no Juizado Especial da Fazenda Pública nas causas de sua competência.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO DO CONSUMIDOR, CIVIL, PENAL, ADMINISTRATIVO E/OU CONSTITUCIONAL APLICADOS AOS JUIZADOS ESPECIAIS:

31 ()

Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

32 ()

Nos termos do Enunciado 1.5 das Turmas Recursais dos Juizados do Paraná a suspensão/bloqueio do serviço de telefonia sem causa legítima caracteriza dano moral.

33 ()

Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 12 (doze) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso de ação penal privada subsidiária da pública, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

Nome completo: _____

Assinatura: _____

34 ()

Nos termos do Enunciado 2.6 das Turmas Recursais dos Juizados do Paraná a pessoa que não celebrou o contrato com a instituição financeira não pode ser reputada devedora, nem penalizada com a inscrição de seu nome em órgãos de restrição ao crédito, em razão da vulnerabilidade do sistema de contratação da referida empresa, configurando dano moral a inscrição indevida.

35 ()

Nos termos do Enunciado 4.2 das Turmas Recursais dos Juizados do Paraná o extravio de bagagem ou sua perda gera responsabilidade da empresa aérea pelos danos (moral e material) causados ao consumidor.

36 ()

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I - os menores de dezesseis anos; II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

37 ()

Nos termos do Enunciado 7.1 das Turmas Recursais dos Juizados do Paraná a recusa indevida de cobertura de plano de saúde acarreta, em regra, o dever de indenizar os danos (morais e materiais) causados ao consumidor.

38 ()

A validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz; II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei.

39 ()

A Comarca de Campo Mourão, de entrância intermediária, é composta pelo município sede e pelos municípios de Farol, Luiziana, Janiópolis e Roncador.

40 ()

Nos termos do Enunciado 12.10 das Turmas Recursais dos Juizados do Paraná a simples cobrança de dívida inexistente, sem maiores reflexos, acarreta dano moral, cujo arbitramento deverá ser fixado em valor não inferior a 20 (vinte) salários mínimos vigentes.